

**PROJETO DE LEI N. 03/2026**

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO  
BENEFÍCIO DENOMINADO AUXÍLIO-  
ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES  
DO EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O Povo do Município de Cordisburgo**, Estado de Minas Gerais, através de seus Representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Esta Lei trata da criação do benefício denominado “auxílio-alimentação” aos servidores do Executivo Municipal de Cordisburgo/MG.

**Parágrafo único** - O benefício de que trata o caput será concedido aos servidores do Poder Executivo Municipal de Cordisburgo, na forma de verba indenizatória, devidamente destacada na folha de pagamento, para utilização pelo servidor municipal.

**Art. 2º.** O auxílio-alimentação será concedido a todos os servidores do Poder Executivo Municipal, independentemente da jornada de trabalho, desde que estejam efetivamente no exercício das atividades do cargo ou função.

**Art. 3º.** O auxílio-alimentação será concedido por mês de efetivo exercício no cargo ou função pública, respectivos, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais.

**§1º.** O valor do auxílio-alimentação será creditado em conta até o quinto dia útil do mês subsequente ao efetivo exercício do cargo ou função pública, respectivos.

**§2º.** O servidor faz jus, exclusivamente, a 1 (um) auxílio alimentação por mês de efetivo exercício do cargo ou função pública, respectivos, mesmo que se encontre no exercício de dois cargos, por acúmulo legal.

**§3º.** Na hipótese de desconto proporcional do benefício, deverá ser observado a fixação de critério de 1/30 do valor total do benefício.

**§4º.** Em razão da natureza indenizatória, os valores recebidos a título de auxílio alimentação não se incorporam a remuneração para qualquer fim.

**Art. 4º.** Não fazem jus ao auxílio-alimentação:

I – o Prefeito e o Vice-Prefeito.

II – os Secretários Municipais;

III- os servidores que se encontrem afastados do exercício do cargo ou função pública, respectivos, independente do prazo, em razão de:

- a) gozo de férias não regulamentares;
- b) mais de 03 (três) faltas injustificadas;
- c) penalidade administrativa e/ou estejam em cumprimento de pena de reclusão;
- d) questões de saúde, com exceção do artigo 87, incisos I, II, III, IV, VIII e IX da Lei Complementar n. 37/2006.

**Art. 5º.** O valor do auxílio-alimentação será corrigido anualmente, sempre nos meses de janeiro de cada ano, pela aplicação do INPC – IBGE, acumulado nos 12 (doze) meses anteriores.

**Parágrafo único** - A correção anual do valor do auxílio-alimentação de que trata este artigo ocorrerá através de expedição de Decreto do Executivo Municipal.

**Art. 6º.** Caberá ao Executivo Regular esta Lei no que couber no prazo de 90 dias.

**Art. 7º.** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Cordisburgo/MG, 07 de janeiro de 2026.



---

ALDAIR MARQUES MARTINS  
PREFEITO MUNICIPAL

**MENSAGEM N. 03/2026**

Exmo. Sr. Presidente;  
Nobres Vereadores,

Tenho a elevada honra de encaminhar a Vossas E.xas, para exame e deliberação desta Egrégia Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei que *“dispõe sobre a criação do benefício denominado auxílio-alimentação aos servidores do executivo municipal e dá outras providências”*.


Cumpre indicar que a utilização do auxílio-alimentação se dá independentemente da forma ou local em que a jornada de trabalho é desempenhada, notadamente por possuir característica de permitir ao agente público melhores condições para seu sustento. O auxílio-alimentação, portanto, é um benefício através do qual o funcionário pode adquirir gêneros alimentícios em qualquer estabelecimento de sua preferência.

No momento, o auxílio será para os agentes públicos municipais, excetuando-se os agentes políticos, haja vista a natureza do cargo e as vedações legais. Com isso, o auxílio será pago em conjunto com a folha de pagamento, com destaque específico de “verba indenizatória” haja vista que não se incorpora na remuneração.

Por fim, este Projeto de Lei foi elaborado observando as normas legais vigentes, tais como: a Lei Complementar n. 101/2000 e a Lei Federal n. 4.320/1964. Assim sendo, e, objetivando o cumprimento das obrigações assumidas por esta Municipalidade, esperamos a aprovação do presente projeto, na forma redigida, renovo a V. Exa. e nobres Edis, protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Cordisburgo, 07 de janeiro de 2026.

  
ALDAIR MARQUES MARTINS  
PREFEITO MUNICIPAL

RECEBIDO EM 19/01/2026  
CÂMARA MUNICIPAL DE CORDISBURGO-MG

  
Assinatura

Exmo. Senhor,  
Lucas Dias Martins  
Presidente da Câmara Municipal  
Nesta/